



**PODER /** Lula sanciona Dia da Música Gospel, no Palácio do Planalto, em mais uma ação para tentar se aproximar do segmento. Na solenidade, deputado federal, aliado do ex-presidente, enaltece realizações dos governos do petista

Ricardo Stuckert/PR



Na cerimônia no Palácio do Planalto, o deputado Otoni de Paula (D) orou por Lula com demais evangélicos: parlamentar ressaltou que o presidente era acusado de querer fechar igrejas

# Aceno a evangélicos e elogios de bolsonarista

» MAYARA SOUTO

Em mais um movimento de aproximação dos evangélicos — segmento em que enfrenta forte rejeição —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, o Projeto de Lei (PL) nº 3.090/2023, que instituiu o Dia Nacional da Música Gospel, a ser celebrado em 9 de junho. Na solenidade, no Palácio do Planalto, o chefe do Executivo recebeu rasgados elogios do deputado federal Otoni de Paula (MDB-RJ), um ferrenho bolsonarista, que criticava duramente o petista.

De Paula discursou no evento como representante do presidente da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara, Silas Câmara (Republicanos-AM), que se recupera de cirurgia.

“Senhor presidente, quis Deus que eu, que fui um dos maiores defensores do antigo governo e seu crítico político, estivesse hoje aqui para representar a Frente Parlamentar Evangélica. E, neste momento, já fora do palanque eleitoral, me dirijo não ao Lula, do Partido dos Trabalhadores, mas ao senhor Luiz Inácio Lula da

Silva, presidente do Brasil, que, enquanto estiver ocupando este cargo por força de nacionalidade, é meu presidente também”, iniciou o parlamentar.

Ele destacou a postura do chefe do Executivo em relação às religiões. “Presidente Lula, Vossa Excelência é a prova de que é possível divergir politicamente durante as eleições, sem permitir, contudo, que as paixões eleitorais contaminem a gestão governamental, que deve cuidar e olhar a pluralidade, seja cultural, seja religiosa desse imenso Brasil”, frisou. “A igreja, senhor presidente, não é de direita ou de esquerda, e não é desse partido ou daquele outro partido. Não somos gados ou jumentos, somos ovelhas do bom pastor. Presidente Lula, se aproxime sem reserva, se acolha, tem lugar na mesa do Pai para termos comunhão.”

O deputado destacou a resistência dos evangélicos a Lula nas eleições de 2022 — o apoio foi, em peso, para o ex-presidente Jair Bolsonaro. No entanto, afirmou que o segmento é um dos “mais contemplados pelos programas sociais” do governo.

**Graças à visão social de seus governos que essa gente humilde de Deus tem o poder ou tem condições de comer, por causa do Bolsa Família, e onde morar, por causa do Minha Casa Minha Vida”**

**Otoni de Paula (MDB-RJ), deputado federal**

“A maioria dos evangélicos desta nação não votou em Vossa Excelência, e o senhor sabe disso. Mesmo assim, talvez estejamos entre os brasileiros mais contemplados pelos programas sociais de seu governo, já que os mais pobres e necessitados, os quais Jesus sempre dedicou a maior parte do seu tempo, formam a maioria esmagadora

de nossos irmãos”, enfatizou. “Graças à visão social de seus governos que essa gente humilde de Deus tem o poder ou tem condições de comer, por causa do Bolsa Família, e onde morar, por causa do Minha Casa, Minha Vida.”

Conforme De Paula, “também graças a essa visão social é que nossas igrejas passaram a ter mais doutores e professores, gente que jamais poderia ter um diploma de curso superior se não fosse a visão do governo de Vossa Excelência”. “Por isso que, independentemente de nunca ter votado em Vossa Excelência, mas em nome da minha consciência cristã, quero lhe agradecer, presidente.”

**Atritos**

Desde o fim do governo anterior, De Paulo tem trocado alfinetadas com a família Bolsonaro, que culminaram no rompimento durante a campanha municipal deste ano. O motivo foi o apoio do parlamentar ao prefeito reeleito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), candidato de Lula. Paes derrotou o bolsonarista Alexandre Ramagem (PL), diretor da Agência Brasileira

de Inteligência (Abin), no governo do ex-presidente.

Lula não respondeu diretamente a De Paula em seus discursos. Porém, posteriormente, fez uma publicação nas redes sociais com trechos das falas do parlamentar a favor de seu governo.

“Durante a sanção do Dia da Música Gospel, hoje (ontem), o deputado Otoni de Paula, que representou a Frente Parlamentar Evangélica, lembrou que nos nossos governos foi garantida, por lei, a liberdade religiosa, para que os brasileiros pudessem professar sua fé. E também quanto os programas sociais beneficiam os que mais precisam. Governamos para todos os brasileiros”, escreveu.

No mês passado, Lula sancionou uma série de leis batizadas de “pacote cristão” — que contou com a criação do Dia do Pastor e da Pastora e o reconhecimento de expressões cristãs como manifestação cultural nacional. A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) também tem sido uma importante ponte de apoio para o governo com o segmento, pois é coordenadora do núcleo evangélico do PT.

» Campos no livro dos Heróis da Pátria

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o projeto de lei que reconhece o ex-governador de Pernambuco e ex-ministro Eduardo Campos como Herói da Pátria. Campos morreu aos 49 anos, vítima de um acidente aéreo em Santos (SP), durante campanha à Presidência, em 2014. A solenidade de assinatura do texto teve a presença do deputado federal Pedro Campos (PSB-PE) e do prefeito do Recife, João Campos (PSB), filhos do ex-governador. A viúva, Renata Campos, também esteve presente. Segundo Pedro, o projeto de lei surgiu “a partir da lembrança e da saudade” de 10 anos da morte do pai, completados em 13 de agosto. Lula exaltou a trajetória do ex-governador e afirmou que sua inclusão no livro dos heróis serve para mostrar à sociedade que o político “pode ser humano”.

ELEIÇÕES

## OEA pede que Brasil não anistie partidos

A Organização dos Estados Americanos (OEA) sugeriu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o incremento do número de servidores para dar celeridade à análise das prestações de contas das campanhas eleitorais. A instituição também recomendou ao Brasil que evite anistias a partidos políticos pelo descumprimento de normas de financiamento voltado para a “inclusão de grupos vulneráveis” no processo eleitoral.

Em relatório parcial sobre as eleições de 2024, a organização reiterou o que havia indicado nos dois últimos pleitos: “Aumentar os recursos humanos, financeiros e tecnológicos dos diferentes órgãos do Tribunal Eleitoral que intervêm na inspeção das contas dos partidos”.

No mesmo documento, a OEA criticou anistias a legendas políticas

por descumprirem as regras de distribuição de 30% dos fundos eleitorais para mulheres. “Embora alguns partidos políticos estejam cumprindo com a legislação, mesmo concentrando os recursos em uma ou poucas candidaturas de mulheres, outros não estão cumprindo a distribuição adequada do Fundo Partidário”, afirma o texto.

Mesmo com siglas disponibilizando ao menos 30% de seus recursos para candidaturas femininas, ainda há concentração de dinheiro, segundo o relatório da OEA. Como as legendas são responsáveis pela distribuição, poucas mulheres recebem muitos recursos e diversas candidatas acabam subfinanciadas ou até sem nenhuma verba.

“Os partidos políticos podem cumprir as disposições de financiamento direcionado

mesmo que concentrem os recursos em uma ou duas candidatas”, diz o documento.

A missão de observação da OEA também apontou que o financiamento, em alguns casos, é destinado a mulheres que compõem chapas como vice-prefeitas. Dessa forma, a legenda fortalece a candidatura de um homem ao Executivo e cumpre a cota, mas sem promover equidade no processo eleitoral.

**Capacitação**

O relatório apontou ser necessário que as autoridades eleitorais intensifiquem o diálogo com os partidos para que eles estejam capacitados a distribuir a verba seguindo a legislação.

A organização ainda reforçou a necessidade de não serem

permitidas anistias aos partidos que descumprirem as regras de distribuição de verbas.

“Não conceder anistias e aplicar sanções efetivas às organizações políticas que não cumprirem com as medidas de ação afirmativa para a participação política das mulheres”, recomendou.

Além disso, a OEA indicou que se estabeleça um financiamento direcionado para candidaturas de pessoas indígenas, assim como existe para a população negra. Apesar de elogiar a possibilidade de autoidentificação racial, o texto sinalizou que “candidatos se auto-identificaram como pessoas negras com o objetivo de acessar o financiamento público direcionado, e inclusive algumas dessas pessoas haviam se registrado como brancas em eleições anteriores”.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



As recomendações estão em relatório parcial sobre as eleições deste ano